



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Aos 28 dias do mês de fevereiro de 2012, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Ata n.º 39/XII;
2. Informações;
3. Apresentação do projeto de texto de substituição dos projetos de lei n.º 99/XII (PS) Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia; n.º 102/XII (PSD). Procede à alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia; n.º 105/XII (CDS-PP) Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, reforçando os meios de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, e n.º 108/XII (BE) Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, garantindo a adequada fiscalização parlamentar do governo no âmbito do processo da União Europeia, elaborado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito;
4. Apreciação e votação da resposta da Comissão de Assuntos Europeus ao Questionário preparatório do 17.º Relatório bianual da COSAC;
5. Apreciação e votação do Parecer da CAE sobre a Conta Geral do Estado de 2010;
6. Apreciação e votação do Parecer da CAE sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012 e do Projeto de Resolução que propõe a adoção pela Assembleia da República de iniciativas prioritárias para escrutínio reforçado;
7. Apreciação e debate da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO - Análise Anual do Crescimento para 2012 [COM(2011)815], bem como do Relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre esta iniciativa.
8. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
 - a) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia para o período 2013-2017 [COM(2011)880] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
 - b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, um instrumento de apoio financeiro em

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

matéria de fronteiras externas e de vistos [COM(2011)750] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

c) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Fundo para o Asilo e a Migração [COM(2011)751] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições gerais aplicáveis ao Fundo para o Asilo e a Migração e ao instrumento de apoio financeiro à cooperação policial, à prevenção e luta contra a criminalidade e à gestão de crises [COM(2011)752] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

e) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, um instrumento de apoio financeiro à cooperação policial, à prevenção e luta contra criminalidade e à gestão de crises [COM(2011)753] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

f) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a ameaças sanitárias transfronteiriças graves [COM(2011)866] objeto de relatório e parecer da Comissão de Saúde

g) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à adjudicação de contratos de concessão [COM(2011)897] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

h) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos Fundos de Capital de Risco Europeus [COM(2011)860] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

i) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos Fundos de Empreendedorismo Social Europeus [COM(2011)862] objeto de relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho

j) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais [COM(2011)895] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

l) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos contratos públicos [COM(2011)896] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

m) Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação desde 2007 da Decisão-Quadro do conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandato de

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros [COM(2011)175] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

n) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual sobre as políticas de ajuda humanitária e de proteção civil da União Europeia e sua aplicação em 2010 [COM(2011)343] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

o) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1967/2006 do Conselho relativo a medidas de gestão para a exploração sustentável dos recursos haliêuticos no mar Mediterrâneo [COM(2011)479] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

10. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao programa Hercule III para a promoção de ações no domínio da proteção dos interesses financeiros da União Europeia [COM(2011)914] objeto de relatório e parecer das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Economia e Obras Públicas

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) [COM(2011)873] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

c) Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO que estabelece requisitos para a proteção da saúde do público em geral no que diz respeito às substâncias radioativas presentes na água destinada ao consumo humano - Projeto apresentado ao abrigo do artigo 31.º do Tratado Euratom para parecer do Comité Económico e Social Europeu [COM(2011)385] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do território e Poder Local

11. Outros assuntos.

1. **Apreciação e votação da Ata n.º 39/XII;**

A Ata n.º 39/XII relativa à reunião de 22 de fevereiro foi apreciada e aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e BE.

2. **Informações;**



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), informou que a audição do Sr. Governador do Banco de Portugal sobre as Obrigações de Estabilidades Europeias (*Eurobonds*) estava confirmada para o próximo dia 6 de março e decorreria, conforme deliberação da Comissão em 1 de fevereiro de 2012, à porta fechada.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) interpelou a mesa sobre o envio tardio de documentação para a reunião, solicitando que os documentos fossem enviados com maior antecedência. O Sr. Presidente explicou que os Serviços de Apoio à Comissão, na tentativa de enviar o mínimo número de emails possível, esperavam que chegassem alguns documentos e iam agrupando, contudo, se tal merecesse o acordo da Comissão, passariam a ser enviados os documentos para a reunião à medida que fossem sendo recebidos na Comissão. Esta sugestão mereceu a concordância da Comissão, tendo o Sr. Presidente dado indicações nesse sentido aos Serviços de Apoio à Comissão.

3. Apresentação do projeto de texto de substituição dos projetos de lei n.º 99/XII (PS) Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia; n.º 102/XII (PSD). Procede à alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia; n.º105/XII (CDS-PP) Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, reforçando os meios de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, e n.º 108/XII (BE) Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, garantindo a adequada fiscalização parlamentar do governo no âmbito do processo da União Europeia, elaborado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito;

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho, apresentou o supra identificado texto de substituição elaborado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito, referindo que o mesmo resultou de uma cooperação



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

estreita entre todos os grupos parlamentares com assento na Comissão e que, na generalidade, o texto agora apresentado é consensual. Saudou ainda a colaboração de todos os membros do Grupo de Trabalho na procura das melhores soluções legislativas e agradeceu toda a colaboração prestada pelos Serviços de Apoio à Comissão. Contudo, aludiu a dois ou três pontos que não puderam ser consensualizados e que poderão implicar a apresentação por parte dos grupos parlamentares de propostas de alteração a serem consideradas aquando da discussão na comissão. Por último, referiu algumas das novidades da proposta, sublinhando o aumento do número de sessões plenárias dedicadas aos assuntos europeus.

O Sr. Presidente da Comissão agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho e propôs que a discussão fosse feita na Comissão na reunião de dia 20 de março, propondo ainda que as eventuais propostas de alteração que fossem apresentadas até dia 16 de março.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) solicitou a palavra para agradecer o trabalho desenvolvido pelo Coordenador do Grupo de Trabalho, para subscrever as suas palavras e para referir que, no geral, o grupo parlamentar do PS concorda com o texto ora proposto.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) agradeceu também ao Sr. Coordenador e aos restantes membros do Grupo de Trabalho, considerando que o texto de substituição apresentado é uma boa proposta. Aproveitou ainda para sublinhar que a proposta aumenta a presença do Governo na Assembleia da República, no âmbito dos assuntos europeus.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) referiu que o PCP também concorda com a maioria das alterações propostas, mas sublinhou que algumas sugestões suscitam dúvidas. Relativamente às propostas de alteração solicitou esclarecimentos sobre se as mesmas teriam como base o texto de substituição, o que considerou ser a melhor solução.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

O Sr. Presidente esclareceu que as propostas de alteração deveriam ter como base o texto de substituição

4. Apreciação e votação da resposta da Comissão de Assuntos Europeus ao Questionário preparatório do 17.º Relatório bianual da COSAC;

O Sr. Presidente da Comissão informou todos os Deputados do conteúdo das respostas e colocou à consideração da Comissão a proposta de resposta preparada pelos Serviços de Apoio à Comissão.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) solicitou a palavra para exprimir a concordância do PSD com a resposta. Contudo, não pode deixar de lamentar o não escrutínio por parte deste Parlamento das comunicações referidas no capítulo 2 do Questionário, ainda que tenham sido apresentadas no período de dissolução da Assembleia da República. Acrescentou ainda que, como já aludiu em anteriores intervenções, existem iniciativas não legislativas que são bem mais relevantes e importantes, porque definem as políticas futuras, do que propriamente as iniciativas legislativas que, muitas vezes, apenas visam a concretização do que as Comunicações da Comissão Europeia propunha.

A resposta ao questionário preparatório do 17.º Relatório bianual da COSAC foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

5. Apreciação e votação do Parecer da CAE sobre a Conta Geral do Estado de 2010;

A Sra. Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD) apresentou o Parecer sobre a Conta Geral do Estado para 2010.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) realçou o trabalho da Sra. Deputada e referiu que as conclusões ficam um pouco aquém do que é referido ao longo do Parecer.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) solicitou a palavra para referir que, globalmente, é um parecer positivo e aproveitou para sublinhar algumas das ideias constantes do referido Parecer, designadamente, que existe um reconhecimento de que a “...*política orçamental em 2010 foi marcada pela adoção de medidas exigentes de consolidação, visando repor as finanças públicas numa trajetória de sustentabilidade, interrompida pela crise económica e financeira internacional...*” e que, relativamente à execução do QREN, se alude a uma “...*taxa de execução anual de 98,8%, significativamente superior à taxa atingida em 2009 (58,6%)...*”. Concluiu referindo que o PS acompanha este parecer.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) felicitou a Sra. Deputada Autor do Parecer pelo mesmo e expressou a concordância do CDS-PP com o parecer ora apresentado.

O Sr. Presidente submeteu então a votação o parecer, o qual foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, com a abstenção do PCP e registando-se a ausência do BE.

6. Apreciação e votação do Parecer da CAE sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012 e do Projeto de Resolução que propõe a adoção pela Assembleia da República de iniciativas prioritárias para escrutínio reforçado;

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) apresentou o Parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012, bem como as propostas de iniciativas prioritárias para escrutínio reforçado pela Assembleia da República.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus suscitou algumas questões sobre a Parte IV do Parecer, pois considerou que a mesma consubstancia uma proposta de nova metodologia, que não deveria ser discutida neste âmbito, nem neste momento, sendo preferível que o debate sobre a metodologia ocorra após a revisão de Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por agradecer o parecer elaborado pelo Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), mas sugeria que fosse adiada a sua apreciação para a próxima reunião, pois não teve oportunidade para refletir aprofundadamente sobre as propostas sugeridas. Relativamente a uma proposta de alteração de metodologia de escrutínio concordou com o Sr. Presidente sobre a não oportunidade do debate neste local, mas que poderá ser uma base para futuro. No que diz respeito às iniciativas propostas para escrutínio reforçado, o Sr. Deputado concordou com o Pacote para o Emprego, com a iniciativa sobre o Mercado interno de Energia e com a iniciativa sobre a Criação de um quadro para o ordenamento do espaço marítimo. Contudo, suscitou dúvidas sobre a escolha da Análise anual sobre o Crescimento como iniciativa prioritária, referindo que não fazia sentido escolher apenas uma iniciativa do Semestre Europeus. Suscitou ainda dúvidas sobre a escolha do pacote Legislativo relativo á nova geração de controlos fronteiriços, mas admitiu que poderia ser apenas falta de sensibilidade para esta temática, pelo que referiu que não era uma dúvida muito consistente. Por último, relativamente à iniciativa sobre a Boa Governação em matéria de paraísos fiscais, questionou se esta iniciativa deveria ser uma das 6 prioritárias, referindo que tinha muitas dúvidas sobre o facto.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) felicitou o Sr. Deputado Autor do parecer pelo mesmo e referiu que concordava com o adiamento desta apreciação para poder refletir melhor sobre as propostas apresentadas.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) disse que a seleção de iniciativas prioritárias são sempre um “tiro no escuro”, mas que deveriam ser excluídas do elenco aquelas cujo escrutínio já é obrigatório, como sucede com a Análise Anual sobre o Crescimento, no âmbito do Semestre Europeu. Assim, sugeriu que fosse retirada esta iniciativa do conjunto e proposta uma outra.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) solicitou então que a apreciação deste Parecer fosse adiado para o próximo dia 14 e referiu que não era sua intenção alterar a metodologia, mas que dado existirem dúvidas, essa parte seria retirada do parecer. Relativamente ao Pacote legislativo relativo à nova geração de controlos fronteiriços, o Sr. Deputado referiu que era uma sugestão da Comissão de Assuntos Constitucionais,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Direitos, Liberdades e Garantias e que esta Comissão é uma parceira importante no âmbito do escrutínio, que deve ser valorizada. No que diz respeito à iniciativa sobre Boa Governança em matéria de paraísos fiscais, o Sr. Deputado considerou que era um assunto muito interessante e que tinha sido sugerido pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

O Sr. Presidente encerrou este ponto da Ordem do dia, referindo que este Parecer seria reapreciado no próximo dia 14 de março. A propósito da 5.ª Comissão, aludiu à sua participação, em conjunto com o Presidente dessa Comissão, na reunião sobre o Semestre Europeu e informou que iria convidar o Presidente da Comissão BUDG do Parlamento Europeu para uma reunião sobre “O papel dos Parlamentos nacionais no Semestre Europeu”.

7. Apreciação e debate da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO - Análise Anual do Crescimento para 2012 [COM(2011)815], bem como do Relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre esta iniciativa.

O Sr. Presidente informou que a 5.ª Comissão enviou à CAE a 23 de fevereiro o Relatório e parecer sobre a Análise Anual sobre o Crescimento para 2012, que irá ser debatida no Conselho Europeu da Primavera. Com vista a que a pronúncia da Assembleia seja enviada em tempo útil, incluiu-se na Ordem do Dia este ponto, visando o debate desta iniciativa, bem como do Relatório e parecer da COFAP (que, de acordo com o ofício, foi aprovado por unanimidade) e, eventual, subscrição pela CAE do mesmo.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) concordou com a metodologia e referiu que a Assembleia da República não deve ficar sem se pronunciar.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) referiu que tem algumas dificuldades em apreciar esta iniciativa que foi enviada com pouca antecedência, bem como alguns dos considerandos lhe suscitam muitas dúvidas e não sabe se poderá aprovar.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) solicitou a palavra para referir que, na COFAP, o PSD votou favoravelmente todo o parecer e que, ao contrário da informação veiculada no ofício da COFAP, o PCP absteve-se nas conclusões e votou a favor o resto do parecer.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) concordando com o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD), propôs que os grupos parlamentares emitissem uma opinião até às 12h do dia seguinte.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) solicitou esclarecimentos sobre o que iriam votar e se isso incluía os considerandos ou apenas as conclusões. Se forem apenas as conclusões, o Sr. Deputado referiu que as mesmas são inócuas, pelo que poderia votar nesse momento.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) referiu que este parecer foi, na totalidade, aprovado com votos favoráveis do PSD na 5.ª Comissão e que o PS está em condições de aprovar este parecer e subscrevê-lo para envio às instituições europeias.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) referiu que o PCP votaria favoravelmente o parecer, mas abstinha-se nas conclusões.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) sugeriu que, ao invés de se votar o parecer, se deveria apenas votar o seu envio e consequente subscrição pela Comissão de Assuntos Europeus.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) cumprimentou o Sr. Deputado pela hábil condução dos argumentos, mas referiu que, neste momento, o PSD não está em condições de votar o envio do parecer e que lhe parece a melhor opção poder pronunciar-se até às 12h do dia seguinte.

O Sr. Presidente concluiu então esta questão referindo que os partidos se deveriam pronunciar até as 12h do dia seguinte sobre o envio ou não do parecer elaborado pela COFAP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

8. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia para o período 2013-2017 [COM(2011)880] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) apresentou o parecer tecendo alguns comentários sobre o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, que conduziu à alteração da base jurídica.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) chamou a atenção para que na presente reunião se iriam debater um conjunto de iniciativas relativas ao estabelecimento de enquadramentos financeiros para agências e fundos no âmbito dos Direitos Fundamentais, mas que possuíam conteúdos distintos e incidiam sobre áreas específicas. Refletiu se esta opção pela proliferação e enquadramentos jurídicos seria mais eficiente ou não do que um enquadramento jurídico único.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) saudou o parecer elaborado pelo Sr. Deputado Honório Novo (PCP) , mas levantou algumas dúvidas sobre o alcance da concretização de formas de informação sobre esta agência, previstas no ponto 3 do parecer.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) comentou as intervenções dos Srs. Deputados e referiu que a troca de informações com o Governo é normal e que não se pretende nada mais do que isso.

O Sr. Presidente sugeriu a inserção do inciso “no âmbito das suas competências”, visando a clarificação deste ponto do parecer, o que mereceu a concordância da Comissão. De seguida, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

o) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1967/2006 do Conselho relativo a medidas de gestão para a exploração sustentável dos recursos haliêuticos no mar Mediterrâneo [COM(2011)479] objeto de relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) apresentou, de seguida, o segundo parecer agendado de forma sucinta, o qual foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, um instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos [COM(2011)750] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

e) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, um instrumento de apoio financeiro à cooperação policial, à prevenção e luta contra criminalidade e à gestão de crises [COM(2011)753] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou um parecer único para as duas iniciativas com base na conexão de matérias. De seguida, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

c) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Fundo para o Asilo e a Migração [COM(2011)751] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições gerais aplicáveis ao Fundo para o



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Asilo e a Migração e ao instrumento de apoio financeiro à cooperação policial, à prevenção e luta contra a criminalidade e à gestão de crises [COM(2011)752] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) apresentou, em conjunto e de forma sucinta, os dois pareceres, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

f) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a ameaças sanitárias transfronteiriças graves [COM(2011)866] objeto de relatório e parecer da Comissão de Saúde

Atendendo a que a Sra. Deputada Ana Drago (BE) não pode estar presente na reunião para apresentar o parecer, foi solicitado pela Sra. Deputada que o mesmo fosse votado na sua ausência. O Sr. Presidente perguntou se alguém se opunha a este procedimento excecional, o que não aconteceu. Assim, o parecer foi submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

g) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à adjudicação de contratos de concessão [COM(2011)897] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) apresentou sucintamente o parecer.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) levantou algumas questões sobre se esta proposta não conflituava, em alguns dos seus aspetos, com o Direito da Concorrência europeu, nomeadamente, no que diz respeito à opção pelo preço mais baixo.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) referiu que no nosso Código de Contratação Pública já está prevista uma norma de limite de preços mais baixos, que se tem a designação de “preços anormalmente baixos”.

Não existindo mais intervenções, o Sr. Presidente submeteu o parecer a votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

h) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos Fundos de Capital de Risco Europeus [COM(2011)860] objeto de relatório e parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) apresentou o parecer e referiu-se expressamente à questão suscitada pela COFAP sobre a verificação da desconformidade da presente proposta, designadamente o artigo 23.º, com as regras constantes nos artigos 290.º e 291.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Sobre este assunto, o Sr. Deputado após extensa análise confirmou que não existe qualquer desconformidade.

De seguida, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

i) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos Fundos de Empreendedorismo Social Europeus [COM(2011)862] objeto de relatório e parecer da Comissão de Segurança Social e Trabalho

O Sr. Deputado Sérgio Azevedo (PSD) apresentou sucintamente o seu parecer, o qual foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

j) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais [COM(2011)895] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

l) Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos contratos públicos [COM(2011)896] objeto de relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) apresentou um parecer conjunto para estas duas iniciativas e sublinhou que têm profundas implicações legislativas internas e conseqüentemente irá implicar a alteração do atual Código de Contratação Pública. Acrescentou ainda que os valores base para a realização de concursos públicos deve ser alterado, bem como os limiares para os concursos a nível, local, regional e nacional. Por outro lado, aludiu à imperatividade de dar maior transparência ao procedimento após a assinatura dos contratos e não apenas até aí.

O parecer foi então submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

m) Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação desde 2007 da Decisão-Quadro do conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandato de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros [COM(2011)175] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou o parecer salientando que alguns dos aspetos mencionados pela Comissão Europeias sobre a aplicação do mandato de detenção europeu em Portugal carecem de enquadramento. De seguida, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

n) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual sobre as políticas de ajuda humanitária e de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

proteção civil da União Europeia e sua aplicação em 2010 [COM(2011)343] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou um parecer de não escrutínio, atendendo que sobre esta matéria a 1.ª Comissão não suscitou qualquer questão e também não vislumbrou nenhuma que suscitasse o escrutínio da iniciativa, ainda que o objeto do Relatório seja politicamente muito relevante. O parecer de não escrutínio foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

9. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao programa Hercule III para a promoção de ações no domínio da proteção dos interesses financeiros da União Europeia [COM(2011)914] objeto de relatório e parecer das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Economia e Obras Públicas

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS).

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) [COM(2011)873] objeto de relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado João Lobo (PSD).

c) Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO que estabelece requisitos para a proteção da saúde do público em geral no que diz respeito às substâncias radioativas presentes na água destinada ao consumo humano -



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Projeto apresentado ao abrigo do artigo 31.º do Tratado Euratom para parecer do Comité Económico e Social Europeu [COM(2011)385] objeto de relatório e parecer da Comissão de Ambiente, Ordenamento do território e Poder Local

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Vitalino Canas (PS).

10. Outros assuntos.

O Sr. Presidente da Comissão informou ainda que o Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, Correia de Campos, estará presente em audição na Comissão de Assuntos Europeus, previsivelmente no dia 15 de Maio, para debater energia. Nesse âmbito informou que seria convidada a Comissão de Economia e Obras Públicas. Relativamente à audição da Sra. Deputada ao Parlamento Europeu, Maria da Graça Carvalho, referiu que a mesma seria agendada oportunamente.

De seguida, informou a Comissão da vinda de uma delegação do parlamento da Suécia, chefiada pelo Vice-Presidente do Parlamento, que gostaria de reunir com a CAE no dia 24 de Abril. No entanto, atendendo a que uma delegação da CAE, presidida pelo seu Presidente, estará na COSAC nessa data, solicitou que a Mesa e eventualmente outros Deputados que quisessem estar presentes pudessem reunir com esta delegação. A comissão concordou com o proposto.

Finalmente, informou que o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, que é presidido pelo Dr. Luís Pais Antunes, solicitou uma audiência à CAE, que o Sr. Presidente propôs que fosse concedida pela Mesa, o que recebeu o assentimento dos presentes.

Antes de terminar a reunião o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) agradeceu o envio das iniciativas não escrutinadas pelas Comissões e referiu que tinha deixado de receber as agendas das formações setoriais do Conselho, o que lamentava. O Sr. Presidente informou que iria ser averiguado o porquê dessa situação.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 20:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de março de 2012.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Drago
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Marques
Honório Novo
Jacinto Serrão
João Lobo
João Serpa Oliva
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Pedro Silva Pereira
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
António Serrano
Bruno Coimbra
Fernando Serrasqueiro
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisco de Assis
José Manuel Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa